

# Sepúlveda apóia comissão

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, manifestou ontem seu apoio à proposta defendida pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, de criar uma comissão de parlamentares para cuidar especificamente da legislação ordinária durante o funcionamento da Constituinte.

A exemplo de Paulo Brossard, o procurador-geral considera uma "boa saída" que essa comissão venha a funcionar sob "delegação interna", um dispositivo já existente na atual Constituição, mas que nunca foi utilizado. Através desse dispositivo, os constituintes têm poderes de delegar a uma comissão as atribuições para apreciar a legislação ordinária.

No entender de Sepúlveda, nos três primeiros meses após a instalação da Constituinte, o Congresso poderá funcionar normalmente porque não haverá discussão em plenário. Entretanto, depois disso será impossível conciliar a legislação ordinária com a votação da própria Consti-

tuição. Nesse caso, o Congresso poderá se utilizar da "delegação interna" para cuidar da legislação ordinária.

— A delegação interna tem sido uma solução ágil para vencer as crises de plenário — disse o procurador —, destacando que 70 por cento das leis da Itália foram feitas mediante este dispositivo.

Segundo Sepúlveda Pertence, é uma ilusão achar que paralelamente aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte o Congresso apreciará projetos polêmicos. Na sua opinião, os projetos de lei mais importantes deverão esperar a conclusão dos trabalhos da própria Constituinte.

Com o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, somam a três agora os defensores da criação de uma comissão parlamentar para legislar ordinariamente durante a Constituinte. Só que por enquanto, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, está solitário entre as lideranças partidárias na sua proposta de emenda constitucional.